

REFLEXÕES SOBRE OS EFEITOS DA CRISE FINANCEIRA RECENTE NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Olimpio J. de Arroxelas Galvão*

INTRODUÇÃO

Estas breves reflexões se desdobrarão em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, são discutidas algumas características dos impactos positivos e negativos da globalização e alguns requisitos necessários para que os processos de mundialização em curso produzam mais resultados positivos que negativos nas economias periféricas. Nas segunda e terceira seções, são apresentadas considerações sobre duas grandes preocupações, ambas relacionadas com o futuro pós-crise. Inicialmente, discute-se a possibilidade, muito concreta, de que a atual crise financeira mundial venha a provocar uma explosão no grau de endividamento dos governos dos países do mundo todo inclusive dos menos desenvolvidos, e que esse aumento do endividamento público venha a trazer, como implicação, uma enorme sobrecarga para as gerações futuras. Na quarta seção, é feita uma reflexão sobre a oportunidade de se discutir que tipo de sociedade queremos para o Brasil no futuro. A discussão envolve uma comparação sobre modelos de sociedade já existentes, mas que são muito diferentes em seus resultados em termos de bem-estar para a grande maioria de suas populações. A última seção apresenta as conclusões.

1 A GLOBALIZAÇÃO EM CURSO E COMO TORNÁ-LA MAIS FAVORÁVEL AOS PAÍSES PERIFÉRICOS

Um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Desenvolvimento Humano, no final da década de 1990, concluiu, após exame de uma longa série de dados estatísticos, que a pobreza no mundo como um todo caiu mais nos últimos cinquenta anos do que nos quinhentos anos anteriores (UNO, 1998).

* Ph.D em Economia pelo University College da Universidade de Londres, Professor aposentado da UFPE e Professor Titular da Faculdade Boa Viagem, Recife-PE.

Esse mesmo estudo da ONU e muitos outros de estudiosos acadêmicos mostram que os processos recentes de globalização têm produzido muitas vantagens para grande número de países e suas populações, mas que também têm produzido severos impactos negativos para milhões de pessoas ou sociedades que estão ficando para trás em decorrência das novas tendências mundiais (MISHKIN 2006, KHANA, 2008, FRIEDMAN, 2000, BARNET, 2004, STIGLITZ, 2010).

Um estudo recente do Banco Mundial, realizado pouco antes da grande crise financeira, com o sugestivo título *The New Wave of Globalization* (WORLD BANK, 2007), destaca três características principais da nova globalização: a importância crescente dos países em desenvolvimento no contexto internacional, sendo fornecidos como exemplos as futuras potências (*power houses*, na expressão do estudo citado) da China, da Índia e do Brasil; um grande aumento da produtividade (embora com elevados custos econômicos e sociais para diversos países) decorrente da integração dos mercados mundiais, em larga medida resultante da busca de fornecedores no exterior (*outsourcing*) e do deslocamento de fábricas e de operação de serviços dos países industrializados para os países em desenvolvimento; e a aceleração da difusão tecnológica, geralmente associada ao investimento estrangeiro. Esse mesmo estudo do Banco Mundial ressalta que essas três características da nova globalização têm trazido impactos negativos que estão a merecer séria consideração: o crescimento da desigualdade de renda em quase todo o mundo, o estresse nos mercados de trabalho e nos mercados financeiros e o estresse no meio ambiente. A mensagem principal do estudo é a de que a nova onda de globalização, embora tenha produzido muitos efeitos positivos, também tem sido responsável por diversos impactos destrutivos e que, por isso, a globalização deve ser gerenciada ou administrada tanto em nível mundial quanto em nível de cada Estado nacional (ver especialmente o capítulo “Overview”, p.xi-xxv).

Em praticamente todos os estudos sérios sobre os seus impactos, há uma quase unanimidade, principalmente em dias mais recentes, em relação a uma importante questão: a de que os resultados da globalização dependem muito, talvez até essencialmente, da condução pelos governos de cada país dos processos da globalização e das sociedades que estes governos têm a capacidade de criar.

É cada vez mais consensual, entre os estudiosos da globalização, que o papel dos governos é fundamental. Na verdade, pode-se até dizer que o papel do governo é mais importante nos dias atuais do que era antes da globalização, sobretudo a que vem se desenvolvendo nos anos do pós-guerra.

A tese do “Estado Mínimo” é correta em vários sentidos como, por exemplo, no seu envolvimento em atividades diretamente produtivas. Mas a história e as evidências internacionais mostram que, em certas áreas, o correto é o “Estado Máximo”: na segurança, na educação, na saúde, no saneamento, na habitação popular, no sistema de transportes públicos e no atendimento às necessidades básicas das populações carentes. A oferta de bens públicos não deve sofrer a restrição equivocada do Estado Mínimo para tudo. O Estado deve ser grande, e até mesmo gigante, na provisão de bens públicos, como os acima enunciados.

Todavia, independentemente das postulações ideológicas sobre a defesa de um Estado Máximo ou de um Estado Mínimo, hoje a grande questão é a de que o Estado moderno deve ter melhor qualidade, ser mais eficiente no uso dos recursos públicos, ser mais transparente e mais democrático, ser capaz de promover o desenvolvimento econômico com inclusão e justiça social e de dar prioridade a objetivos que diretamente impactam o bem-estar de toda a sociedade.

A grande questão, em última instância, não é simplesmente a do tamanho do Estado. Mais governo ou menos governo, com um governo melhor, é que é a questão relevante. Estados máximos ou mínimos, mas com governos politicamente desorganizados, ineficientes, muito corruptos, insensíveis aos interesses da maioria da população e que são incapazes de desenvolver uma burocracia administrativa competente, estarão condenados a sofrer com a globalização.

A globalização está criando um grande e crescente fosso entre dois grupos de países: os que são muito pobres para se beneficiar da globalização e os que são frontalmente contrários e, principalmente, hostis à globalização e a tudo que venha do mundo ocidental e das economias de mercado.

Com relação aos países muito pobres – como especialmente a grande maioria das nações africanas ao sul do Sahara – a tarefa prioritária é preparar esses países para que possam se inserir no mundo globalizado, ou seja, para que possam se conectar melhor com o mundo globalizado. A erradicação da pobreza e da miséria, o combate às doenças infecciosas

que matam hoje dezenas de milhões de pessoas a cada ano, como a malária, a AIDs e a Tuberculose, e substanciais melhorias em seus sistemas educacionais, são os caminhos que deverão perseguir esses países para que suas populações possam se beneficiar da globalização, em vez de por ela serem penalizadas.

Quanto ao segundo grupo de nações – as que se opõem à globalização e são hostis a tudo que venha do mundo ocidental capitalista (o caso de muitos países islâmicos) – o problema do desenvolvimento é muito mais difícil. Na verdade é possível afirmar que os excluídos desses países não são excluídos pela globalização, mas por seus governos. Há países que proíbem a mulher de dirigir um automóvel, de sair à rua sozinha, de trabalhar e até de estudar. Há muitos países que são governados por uma pequena elite que se apropria das suas imensas riquezas naturais em benefício dessa pequena elite e que são insensíveis aos interesses da maioria de suas populações.

Nesses dois grupos de países, a falta de desenvolvimento é um grande problema, mas a falta de bons governos pode ser um problema ainda maior – principalmente porque está largamente comprovada a existência de uma associação muito forte entre maus governos e falta de desenvolvimento.

Uma grande parte da literatura recente tem procurado mostrar que, tão importante quanto globalizar-se, é saber como se globalizar. Para saber se globalizar é necessário desenvolver a capacidade de criar as instituições adequadas e de preparar a sociedade para que a maioria da população possa se conectar com as transformações do mundo atual e se beneficiar de uma tendência mundial, que parece ser inexorável.

2 A crise financeira, o endividamento dos governos e o impacto sobre as futuras gerações

No momento em que está sendo escrito este trabalho, as análises sobre a crise financeira, que se iniciou no ano de 2007 nos Estados Unidos, mostram que já há sinais de recuperação de algumas economias do mundo industrializado, assim como também das dos países menos desenvolvidos, sobretudo as das chamadas economias emergentes. Isso não significa dizer, porém, que a crise mundial acabou, mas apenas que já se observa uma pequena reversão do quadro da profunda recessão que ocorreu em todo o mundo.

A plena recuperação da economia mundial deverá levar mais alguns anos, talvez até uma década. Contudo, são as sequelas ou consequências da crise que merecerão algumas reflexões nesta seção.

Como foi amplamente divulgada, em noticiários internacionais, a grande recessão e a imensa perda do patrimônio das famílias despertaram a ira popular, com explosões sociais e protestos violentos em várias partes do mundo.

Segundo muitos analistas do quadro financeiro atual, há uma estimativa de que as perdas de riqueza, ou seja, do patrimônio das empresas e das famílias (em ações, em aplicações em fundos de investimentos e fundos de pensões, por exemplo), tenham alcançado cerca de 70 trilhões de dólares, um valor um pouco maior do que todo o PIB mundial. Na pequena e rica Islândia (um país de 300 mil habitantes), o endividamento das famílias, das empresas e do governo alcançou a inimaginável cifra de US\$2,5 milhões *per capita*. Também na Irlanda (um país de cerca de 3 milhões de habitantes e, antes da crise, chamado de o “Tigre Celta”), o pacote de salvamento da União Europeia para esse país, em agosto de 2010, custou €90 bilhões, uma cifra que corresponde a incríveis €30 mil *per capita*. Nos Estados Unidos, por sua vez, um total de 13 a 15 trilhões de dólares evaporaram no auge da crise, entre 2008 e 2009, mais, portanto, do que tudo o que os Estados Unidos produzem a cada ano (STIGLITZ, 2010; FERGUSON, 2009; LACHMAN, 2010; EICHENGREEN, 2011).

Em praticamente todo o mundo, a reação dos governos para evitar o colapso do sistema financeiro e para estimular as suas economias foi a de gastar somas de recursos públicos que, em não raros casos, assumiram cifras impressionantes. Os Estados Unidos, por exemplo, destinaram, entre recursos do Tesouro aprovados pelo Congresso e outras transações extracontábeis da Reserva Federal, cerca de 12 trilhões de dólares para salvar os seus bancos e combater o aprofundamento da crise. Os países europeus e o Japão também não ficaram muito distantes dessas cifras (ROGOFF e MEINHART, 2010; ROUDINI e MIHM, 2010). Os países emergentes, como o Brasil, e muitos outros mais pobres, seguiram o mesmo caminho.

O problema é que a experiência histórica passada e recente mostra que, se os países forem longe demais nos seus esforços para salvar suas empresas e, principalmente, seus bancos e, ainda, estimular a economia, mediante a expansão de gastos públicos correntes, tais países poderão ter sérios problemas no futuro.

Segundo estudos recentes de dois economistas norte-americanos, que analisaram os impactos das últimas 13 grandes crises financeiras no pós-guerra, o aumento médio da dívida pública real, nos três anos que se seguiram a uma crise financeira, considerando tanto países ricos, quanto alguns de nível de renda intermediária, foi de 86%. Em alguns países, o aumento da dívida pública chegou a ultrapassar os 150% (REINHART e ROGOFF, 2009; ROGOFF e REINHART, 2010).

Esses mesmos economistas argumentam que a expectativa para a crise atual – que foi muito mais grave do que as 13 anteriores – é de que haverá aumentos do endividamento público muito maiores.

O aumento dos gastos públicos numa situação de crise financeira é recomendado por quase todos os economistas e analistas financeiros. E isso porque uma crise financeira é sempre acompanhada de grande impacto sobre os níveis da atividade econômica e sobre o emprego, ou seja, sobre a economia real. Os estudos citados mostram três fatos importantes:

- Que, em média, as atividades econômicas se recuperam em dois anos;
- Que os níveis de emprego se recuperam muito mais devagar, levando quatro a cinco anos para voltar ao nível anterior à crise; e
- Que a dívida pública tende a crescer explosivamente por duas razões: por conta do colapso das receitas tributárias, decorrentes da queda da atividade econômica; e por conta do aumento dos gastos anticíclicos do governo (REINHART e ROGOFF, 2009).

Este quadro de aumento simultâneo dos gastos do governo e de redução da base tributária consiste no grande problema para o futuro, pois se não for administrado com muita cautela, criará inevitavelmente um fardo duradouro para a sociedade, sobrecarregando as futuras gerações com dívidas enormes. Os casos recentes da Irlanda, da Grécia, de Portugal e da Espanha, entre as situações mais críticas nos países europeus; e dos Estados Unidos, que se tornaram, do maior credor, duas décadas atrás, no maior devedor do mundo, certamente continuam a ameaçar a estabilidade financeira de todo o mundo. Até em países como a China e o Brasil, que teriam passado sem grandes traumas nos primeiros anos da grande crise, estão no presente momento com sérios problemas de endividamento e de retorno da inflação.

A implicação de todos esses fatos é que o abandono do senso de responsabilidade fiscal e a explosão da dívida pública exigirão um enorme ajuste fiscal no futuro, ou o retorno da inflação. Em ambos os casos, será a maioria da população mais pobre que pagará a conta.

3 O futuro pós-crise: é possível outro mundo melhor?

A questão que será abordada no final deste trabalho é uma reflexão muito oportuna sobre o futuro pós-crise.

Durante as últimas duas décadas, com a ascensão avassaladora do neoliberalismo em quase todo o mundo, um confronto entre o que veio a ser chamado de “paradigma americano” com o “modelo europeu”, tem dado margem a uma intensa controvérsia.

De um lado, os ideólogos do liberalismo de mercado advogam a superioridade do paradigma americano, centrado na desregulamentação de todos os mercados, incluindo a total abertura da economia, a flexibilização mais ampla possível do mercado de trabalho, a completa desregulamentação dos mercados financeiros e a mínima ingerência do governo. Os ideólogos dessa corrente afirmam sua convicção de que a manutenção de democracias sociais, que enfatizam o fortalecimento das chamadas redes sociais de proteção, é insustentável, porque para uma economia ser forte e competitiva, num mundo globalizado, é inevitável que, ao lado de ganhadores, a sociedade também deve aceitar a existência de um grande número de perdedores.

Do outro lado do espectro, os proponentes das democracias sociais argumentam que os gastos sociais devem aumentar, e não diminuir, exatamente porque a globalização destrói as oportunidades para a igualdade econômica, e que, mesmo nos países muito ricos, o mercado, sozinho, não é capaz de alcançar os mais pobres, sendo indispensável a presença do governo para oferecer proteção social a uma ampla parcela da população, que será inevitavelmente excluída pelas novas tecnologias e pelo acirramento da competitividade internacional.

Entre os muitos defensores do paradigma americano e, ao mesmo tempo, opositores do modelo europeu, merece especial destaque o ex-presidente por mais de 15 anos do Banco Central dos Estados Unidos, Alan Greenspan. Este economista, em trabalho recente, escrito poucos meses antes do estouro da grande crise, depois de louvar o modelo americano como o mais dinâmico de todo o mundo e de atribuir como principal causa do grande dinamismo americano as duas décadas de desregulamentação

experimentadas pelo país, afirmava que, enquanto a Europa e o Japão estavam em letargia, os Estados Unidos mantinham um ritmo veloz de ascensão (GREENSPAN, 2008).

Mas, muitos economistas da própria corrente neoliberal e o próprio Greenspan, faziam alguns alertas sobre o estado da economia americana. Esses economistas mostravam que, desde 1920, nunca os americanos experimentaram tamanha desigualdade de renda e tamanha insegurança no emprego. Greenspan dá um dado impressionante sobre a forte tensão no mercado de trabalho para os americanos. Diz ele que um milhão de trabalhadores americanos eram forçados a mudar de emprego, a cada semana, a maioria involuntariamente, em geral para empregos de menor remuneração.

Greenspan ainda afirma que grande parte do crescimento americano nas últimas décadas resultou do que ele chamou de exuberância irracional, ou seja, da enorme expansão do crédito e do extraordinário endividamento das famílias americanas e do governo e de uma bolha imobiliária que ele já antecipava no seu livro de 2007 (data da edição original), embora sem prever ou admitir as consequências que vieram a acontecer. Outra constatação de Greenspan era a de que o grande crescimento americano estava estressando os sistemas financeiros mundiais.

É importante ressaltar que o próprio Greenspan, em pequeno adendo ao seu livro de 2007, escrito após o estouro da grande bolha imobiliária nos Estados Unidos, reconheceu que muitas das suas opiniões haviam sido fortemente abaladas com os novos acontecimentos. Este autor foi forçado a reconhecer um “erro na sua ideologia”, ao admitir que estava “incrédulo e em estado de choque” por ter acreditado nos poderes da autorregulação do mercado (GREENSPAN, 2009).

A esse respeito é interessante mencionar uma frase de um cáustico crítico do modelo americano, e ganhador de prêmio Nobel de Economia poucos anos atrás: Paul Krugman. Krugman (2009) afirma que os Estados Unidos desenvolveram um sistema financeiro extremamente sofisticado, mas essa sofisticação estava toda voltada para ocultar riscos dos bancos e enganar os investidores. A esse respeito é interessante apresentar os resultados empíricos de um autor, em livro lançado no ano de 2009, fazendo uma comparação entre dois tipos de sociedades criadas pelos seus governos, e que representam exatamente pólos opostos em termos de resultados econômicos e sociais.

De um lado estão as democracias sociais mais avançadas do mundo – os quatro países escandinavos, Dinamarca, Finlândia, Suécia, e Noruega – e de outro os Estados Unidos, o campeão da ideologia do mercado livre.

O autor em referência, Sachs (2009), usando os dados da OECD para 2004 e 2005, mostra que a participação do Governo no PIB dos quatro países escandinavos é de 52%, enquanto nos Estados Unidos alcança pouco mais de 30%. Sachs assinala que a grande maioria do dispêndio público, nos países escandinavos, é com políticas sociais, enquanto uma proporção muito pequena era gasta, nesta área, nos Estados Unidos.

O mais interessante do trabalho de Sachs, porém, é a contestação do mito da superioridade da economia campeã da ideologia do livre mercado.

Sachs mostra que, em todos os indicadores econômicos e sociais, os quatro países escandinavos apresentam melhor desempenho que os Estados Unidos: em distribuição de renda (os Estados Unidos são o país com a pior distribuição de renda dentre todos os países desenvolvidos), em percentual de pobres, em taxas de poupança (apesar da elevadíssima tributação dos países escandinavos), em investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, em participação da mulher no mercado de trabalho, em índices de competitividade internacional, em níveis de corrupção, em taxas de inovação e de progresso técnico, na qualidade do ensino fundamental – e muitos outros indicadores¹.

Embora a replicação de qualquer modelo de desenvolvimento não seja possível, em vista das muitas características diferentes de país a país, fica aqui o paralelo de dois tipos de sociedade que foram criadas pelos seus governos.

Qual desses modelos deverá ser imitado pelos países periféricos, e pelo Brasil, é a grande questão das próximas décadas deste novo milênio.

4 Conclusões

Nas últimas décadas, a expansão da globalização tem sido apontada como uma das características principais da evolução econômica, social e política de um grande número de países. Uma vasta literatura tem comprovado, empiricamente, que os países que realizaram uma maior e melhor inserção de suas economias nas correntes do comércio internacional são as

¹ Um estudo muito interessante sobre o mesmo tema é o do grande historiador britânico Tony Judt, inicialmente publicado em 2006 e republicado em 2009 (JUDT, 2009) com o sugestivo título: “The Good Society – Europe vs. America”.

que mais cresceram e que deverão continuar crescendo a taxas mais elevadas nas primeiras décadas deste novo milênio.

As últimas décadas também registraram profundas transformações na natureza das articulações internacionais em várias dimensões: no ritmo de crescimento do comércio de bens e de serviços, na aceleração dos fluxos de ativos financeiros, na rapidez com que novas tecnologias são criadas e transferidas internacionalmente, no desenvolvimento de novos e mais velozes sistemas de comunicações (transportes, telecomunicações, internet), e nas profundas alterações na composição e na direção dos fluxos do comércio e dos investimentos, inclusive provocando o início de um inédito deslocamento, em tempos recentes, do centro de gravidade da economia mundial.

Essas transformações trouxeram, e continuam trazendo, implicações extremamente importantes: moveram os países em direção a uma economia mundial cada vez mais sem fronteiras, tornando as economias nacionais altamente interdependentes e fazendo os movimentos internacionais de bens, de serviços, de ativos financeiros, de tecnologia e de conhecimentos, muito mais importantes, nos dias atuais, do que talvez em qualquer outra época da humanidade.

Por outro lado, o fenômeno da globalização, em todas as suas dimensões – comercial, financeira, tecnológica, cultural, institucional e ambiental – vem acompanhado de enormes oportunidades, mas também de imensos riscos e desafios.

A grande crise que o mundo enfrenta, nos últimos quatro anos, ainda está longe de encerrar o seu ciclo de destruição. Inicialmente, de uma devastadora crise econômica, a crise atual vem se desdobrando em uma profunda crise de governos, e cuja solução passa necessariamente por mudanças institucionais não somente no âmbito dos instrumentos de regulação das novas economias que emergirão após a crise, mas talvez principalmente no que concerne à governança, ou seja, na forma como os governos de cada país serão capazes de enfrentar, com muito mais responsabilidade, os grandes desafios do futuro, conduzindo as novas sociedades que também deverão emergir após a crise, no sentido de tornarem mais justas, inclusivas e política e institucionalmente mais conducentes ao desenvolvimento dos padrões de bem-estar da maioria das populações.

REFERÊNCIAS

- BARNET, T.P.N.: “The Pentagon’s Map – war and peace in the 21st Century”. The Berkeley Publishing Group, New York, 2004.
- EICHENGREEN, E.: *Exorbitant Privilege – “The rise and fall of the dollar and the future of the international monetary system”*. Oxford University Press, Oxford, 2011.
- FERGUSON, N.: “The Ascent of Money – A financial history of the world”. Penguin Books, London, 2009.
- FRIEDMAN, T.: “Understanding globalization – the lexis and the olive tree”. First Anchor Book Edition, USA, 2000.
- GREENSPAN, A.: “A era da turbulência – aventuras em um novo mundo”. Campus/Elsevier Ed. Ltda, Rio de Janeiro, 2008.
- _____: “Epílogo”. Campus/Elsevier, Rio de Janeiro, 2009.
- JUDT, T.: “The good society – Europe vs. America”. In Judt, T.: *Reappraisals – reflections on the forgotten twentieth century*. Vintage Books, London, 2009.
- KHANA, P.: “The Second World – how emerging powers are redefining global competition in the twenty-first century”. Penguin Books, N.York, 2008.
- KRUGMAN, P.: “A Vingança do Excedente”. *The New York Times*, 3/3/2009.
- LACHMAN, D.: “Can the Euro Survive?”. Legatum Institute Limited, London, 2010.
- MISHKIN, F.: “The next globalization – how disadvantaged nations can harness their financial system to get rich”. Princeton University Press, USA, 2006.
- REINHART, C. e Rogoff, K.: “The aftermath of financial crises”. NBER Working Papers Series, nº14656, Cambridge, MA, jan. 2009.
- ROGOFF, K. e Reinhart, C.: “Oito séculos de delírios financeiros – Desta vez é diferente”. Campus/Elsevier Ed. Ltda, Rio de Janeiro, 2010.
- ROUBINI, N. e Mihm, S.: “A economia das crises – um curso relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional”. Editora Intrínseca Ltda., Rio, 2010.
- SACHS, J.: “Common Wealth – Economics for a Crowded Planet”. Penguin Books, London, 2009.
- STIGLITZ, J.: “Freefall – Free markets and the sinking of the global economy”. Penguin Books, London, 2010.
- UNITED NATIONS ORGANIZATION – UNO: “Human Development Report”. Washington, DC, 1998.
- WORLD BANK: “Global economic prospects – managing the next wave of globalization”. World Bank, Washington, 2007.

RESUMO

O trabalho faz algumas reflexões sobre as novas tendências da globalização, destacando os principais impactos da recente crise financeira sobre as economias em desenvolvimento. Dois aspectos importantes são abordados: o desdobramento da crise financeira através da sua transformação de uma crise econômica em uma crise de governo; e uma discussão sobre o tipo de sociedade que poderá ou deverá ser buscada pelos governos no mundo pós-crise. O artigo procura mostrar que uma das consequências mais perversas da atual crise é a de que o salvamento, pelos governos, de empresas e, principalmente, de bancos, conjuntamente com a adoção de ousadas políticas anticíclicas, poderá trazer, como implicação, uma enorme sobrecarga para as gerações futuras. De outra parte, o trabalho faz uma discussão sobre dois paradigmas de sociedade, uma centrada na fria lógica dos mercados, e outra focada na criação e manutenção de redes de proteção social que incluam a maioria da população.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização. Crise. Lógica dos mercados. Redes de proteção social.

ABSTRACT

The paper makes some reflections on the new globalization trends, emphasizing the major impacts caused by the recent financial crisis on the developing economies. Two important aspects are considered: the transformation of the financial crisis from an economic crisis into a government crisis; and the discussion on the type of society that could or should be achieved by the governments in the post-crisis world. The paper intends to show that one of the most perverse consequences derived from the present crisis is the fact that the bailing out, by the governments, of private companies and especially the financial system, together with the adoption of daring anti-cyclical policies, could bring about, as the outcome, an enormous burden to the future generations. The paper still makes a discussion on two societal paradigms, one centered in the cold logic of the markets and the other focused on the creation and preservation of social safety nets which include the majority of the population.

KEYWORDS: Globalization. Crisis. Logic of marketings. Social protect network.